



EDITORIAL

Anunciamos a publicação do 75º número da Revista HISTEDBR On-Line, inaugurando o ano de 2018. É oportuno reiterarmos, aqui, nosso compromisso para com a ampla socialização dos conhecimentos elaborados tendo como eixo central a relação entre história, sociedade e educação que se expressa em estudos e pesquisas realizados por pesquisadores vinculados à diferentes instituições Brasil afora (UNIUBE, UFU, UFPB, UEG, UNICAMP, UERJ, UFRN, UCDB, UnB, UNIFAP, UFSCar, UFPel, UCS), além de colaboração internacional (Chile), abordando diversas temáticas por diferentes perspectivas teórico-metodológicas, coerentes, portanto, com o princípio democrático que tão árdua e insistentemente os movimentos sociais populares têm lutado para garantir e que, na formação social brasileira, tem sua máxima expressão da Constituição Cidadã de 1988.

Na conjuntura política atual, a própria Carta Magna está sob forte ataque e desmonte, num processo de reversão dos direitos sociais que, garantidos no texto da Lei, ainda muito estava por ser feito para sua efetivação. É este o caso do “direito à educação” ao qual corresponderia à prerrogativa do dever do Estado (e da família), em colaboração com a sociedade civil. Essa prerrogativa do dever do Estado é revertida com a introdução do conceito de “serviço público não-estatal” por meio do qual é impulsionada uma determinada relação público e privado em que ocorre, ao mesmo tempo, um “fenômeno de publicização do Direito Privado e de privatização do Direito Público” (CURY, 2007, p. 8). Essa relação traz consequências importantes no processo de elaboração e implementação das políticas públicas, de modo geral, marcando sobremaneira a educação brasileira na atualidade. Evidenciam-se, nesse processo, a tendência de desoneração do Estado e a transferência do papel de gestão das políticas educacionais para o âmbito privado com a crescente participação dos empresários que se objetiva na adoção de princípios de gestão por resultados, materializada no Sistema Nacional de Educação Básica (SAEB), na definição de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) alavancada pelo “Movimento pela Base Nacional Comum” com principal destaque à participação ativa das Fundações Empresariais, a exemplo da Fundação Lemann.

Coroando esse projeto educacional e, inclusive, para sua efetiva implementação, não se pode prescindir dos professores considerados tanto obstáculos quanto protagonistas da contrarreforma educacional em curso. Assim, além dos mecanismos de regulação e controle do trabalho docente, uma “nova” política de formação docente tem se configurado, tendo como carro chefe a Programa de Residência Pedagógica recém lançado por meio do Edital



CAPES 006/2018 assumidamente objetivando “promover a adequação dos currículos e propostas pedagógicas dos cursos de formação inicial de professores da educação básica às orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)” (CAPES, 2018).

Esse cenário, preocupante e que exclui das tomadas de decisões os movimentos sociais populares, evidencia um grande retrocesso nas conquistas oriundas das lutas sociais alavancadas no bojo do processo de redemocratização do país. Ao mesmo tempo, é um momento propício para o fortalecimento dos laços que nos une na construção de um outro projeto de educação que seja pública, laica, gratuita e de qualidade social para todos(as) indistintamente.

Dito isso, iniciamos essa publicação com um artigo internacional redigido por Jaime Caiceo Escudero intitulado “Democracia y Educación de John Dewey presente en el Problema Nacional de Darío Salas: a Propósito del Centenario de Ambas Obras”. Numa abordagem histórico-comparativa, o autor busca elementos interrelacionais entre as obras dos autores americano e chileno buscando responder a seguinte pergunta: “¿Cuál fue la influencia de Democracia y Educación de Dewey en El Problema Nacional. Bases para la Reconstrucción de Nuestro Sistema Escolar Primario de Darío Salas?”.

“A Leitura no Brasil Colônia e suas (Inter)relações com a Contemporaneidade” busca analisar o entendimento e produção da leitura no Brasil-colônia no contexto de constituição do Estado brasileiro evidenciando, assim, que há uma herança histórica que une o presente e o passado.

Tendo como *locus* de pesquisa as cidades de Uberaba e Uberlândia, ambas localizadas em Minas Gerais, os autores analisam as representações das práticas cívico-patrióticas promovidas por duas instituições escolares de ensino secundário largamente veiculadas pela imprensa local, evidenciando as relações entre a escola e a sociedade local na primeira metade do século XX.

O artigo seguinte se insere na História dos Intelectuais centralizando a trajetória e as ideias das mulheres, particularmente de Catarina Moura, que protagonizaram a luta feminina no final do século XIX e início do século XX no Brasil, especificamente na Universidade Popular da Parahyba do Norte.

Sandra Elaine Aires de Abreu e Wenceslau Gonçalves Neto assinam o texto seguinte no qual analisam o processo de avaliação da aprendizagem de uma instituição escolar localizada em Anápolis-GO – Grupo Escolar Dr. Brasil Caiado – focalizando o período entre 1926 e 1929, fazendo uso de análise bibliográfica e documental, privilegiando a legislação e os livros e atas dos exames da referida escola. Concluem que, neste período, a avaliação da aprendizagem evidencia um marcante fracasso escolar.



“Um Marco no Ensino Secundário do Estado da Paraíba: o Colégio Estadual de Campina Grande (1948-1953)” é o título do artigo redigido por Vívica de Melo Silva e se inscreve-se nos estudos que focalizam a história de instituições escolares. A autora analisa, por meio de análise bibliográfica e ampla fonte documental, o processo de criação e implantação da escola em questão.

Tomando como fontes de análise 31 correspondências trocadas entre Carlos Drummond de Andrade e Zila da Costa Mamede entre os anos de 1953 e 1985, o artigo objetivou “compreender os elos da formação poética, tendo sido Drummond, certamente, ao lado de outros grandes nomes, personagem fundamental e decisivo nesse processo ao longo de três décadas.”

O artigo “A U.R.S.S., a Educação e a Cultura: Relatos de Viagem de Intelectuais brasileiros” analisa as produções sobre relatos de viagens de três intelectuais brasileiros comunistas - Graciliano Ramos, Jorge Amado e Paschoal Leme - à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas em meados do século XX, “refletindo sobre seus significados e impactos sociais”.

Gilberto Estevam e José Carlos Souza Araújo analisam, no texto seguinte, o contexto em que se origina o Serviço Nacional do Comércio (SENAC) em Uberaba-MG na década de 1960 e seu processo de institucionalização buscando responder as perguntas: “como explicar a gênese do SENAC Uberaba e qual o seu papel e influência na sociedade uberabense? Quais relações guarda tal instituição em vista da articulação entre educação e trabalho? Como caracterizar a formação profissional para o comércio?”

De autoria de Maria Elizete Guimarães Carvalho e o artigo intitulado “A Informação à Serviço da Repressão nas Universidades: Assessoria de Segurança e Informações da UFRN (ASI/UFRN) – nos Rastros do Relatório Final da Comissão da Verdade” tem como fonte principal o Relatório Final da Comissão da Verdade da UFRN. “A partir das impressões, vivências e subjetividades dos agentes sociais participantes da pesquisa, tem-se que a ASI/UFRN, bem como as demais assessorias, embora não fosse e, legalmente, não pudesse ser, órgão de repressão, agiu a serviço e em função da máquina repressora do estado militar, ao efetivar, sob o pálio do medo, o controle ideológico, a censura e o expurgo no âmbito das Instituições de Ensino Superior” é a conclusão a que sejam os autores.

O texto posterior focaliza suas análises entre os anos 1979 e 2014 tendo como objeto de pesquisa a trajetória do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul, evidenciando sua composição, representatividade, organização e funcionamento, além de buscar captar suas influências nas políticas educacionais estaduais para a educação básica.

“Política de Cotas Raciais na Unb: um Estudo sobre o Acesso de Negros na Universidade durante o Período 2004 a 2012” foi redigido por Amanda Vanessa Pereira de Assunção,



Catarina de Almeida Santos e Danielle Xabregas Pamplona Nogueira. Como o próprio nome sugere, pretendeu-se avaliar se o programa de cotas raciais na referida instituição cumprir com o objeto de proporcionar “acesso mais igualitário para alunos negros em todos os cursos ofertados”, tomando como fonte de análise documentos relativos ao acesso e demanda de candidatos ao sistema de cotas.

O penúltimo artigo desse número tomou como referência o REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – para realizar como análise descritiva-comparativa entre os governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula no que se refere à educação superior. Conclui que o “governo Lula não rompeu com a lógica monetarista inerente ao governo FHC, no qual houve expansão do ensino superior privado, manifestando projetos precarizantes do trabalho dos professores. No governo Lula, o processo de interiorização da Universidade pública manifestou a contradição do acesso a alunos no ensino superior, porém em condições também precárias para o desenvolvimento da Ciência e Tecnologia”.

Klívya de Cássia Silva Nunes e Maria Cristina dos Santos Bezerra, fundamentando-se nos pressupostos da Pedagogia histórico-crítica, analisaram a prática pedagógica de escolas multisseriadas de 08 povoados rurais localizados no município de Tocantinópolis-TO, concluindo que as dificuldades enfrentadas pelos docentes referem-se, de um lado, à pouca formação didática recebida e, de outro, pela distância entre o trabalho educativo e as necessidades de formação crítica da população atendida pelas instituições educativas.

Concluimos a publicação desses quatorze artigos com duas resenhas, a saber: “A contribuição dos italianos para a educação e a cultura brasileira” e “Um modo de traduzir figuras do passado: cadernos de um professor catarinense” redigidas por Patrícia Weiduschadt e Renata Brião de Castro, a primeira, e por José Edimar de Souza, a segunda.

Oportunamente, agradecemos a participação dos professores dos GTs HISTEDBR da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) na organização deste número da Revista.

Por fim, com a presente publicação, reiteramos nosso compromisso com a socialização de análises histórico-críticas, dando ampla visibilidade às diferentes temáticas e abordagens provenientes dos estudos e pesquisas na área da educação, expressão das contradições que marcam nossa realidade histórica contrapondo-nos, assim, a qualquer discurso e prática de censura e silenciamento do contraditório.

Boa leitura!

Comitê Editorial.